



SOCIEDADE ABERTA

S.O.S. empresas



**Domingues
de Azevedo**

Bastonário da
Ordem dos Técnicos
Oficiais de Contas

Os portugueses têm, de uma forma geral, dificuldade em exteriorizar o que lhes vai na alma. Não têm o pavio curto dos gregos, nem são o bloco de gelo dos germânicos. A tranquilidade que caracteriza o nosso povo confunde-se, muitas vezes, com a passividade. Quase sempre esperam para ver, deixam que as coisas aconteçam.

A crise agudiza-se, sem fim à vista, pese embora o anúncio de luz ao fundo do túnel feito por alguns políticos mais otimistas. O consumo está estagnado, o desemprego progride sem freio e os portugueses que ainda conservam o seu posto de trabalho vêem minguar o seu salário, por via da alteração das tabelas de retenção. Os trabalhadores por conta de outrem estão na linha da frente dos sacrificados.

Um microfone indiscreto confirmou o que o Governo ocultou durante tempo demasiado. Por vontade de Portugal e o beneplácito germânico, a dívida nacional será renegociada, aligeirando os brutais sacrifícios a que os portugueses têm estado sujeitos. Apesar dessa aparente boa notícia, o passar do tempo está a deixar-nos intimidados, neutralizados, imobilizados pela crise. Eterniza-se, tal e qual um inclemente e penoso Inverno que teima em passar. A coberto da crise praticam-se atos incompreensíveis que corroem os alicerces de uma sociedade democrática organizada, onde existem leis, regras e ordem. Aumenta o convite à economia paralela, no fundo, ao ilícito por parte de patrões e trabalhadores e as próprias forças da autoridade, responsáveis pela fiscalização dos comportamentos desviantes, também elas a braços com a carência de meios, mostram-se impotentes para travar as prevaricações. Contudo, o sentimento de desespero não deve ser o combustível para “atear” uma “fogueira” de ilegalidades. O funcionamento da vida financeira do país deve ser pautado pela transparência das organizações e dos seus intervenientes.

Mesmo que as empresas estejam numa situação aflitiva, muitas delas prestes a soçobrar perante o garrote fiscal, nada justifica que se procurem “atalhos” e “escadas de serviço” à margem da lei. Cercadas pelo desalento e a angústia, as empresas são hoje “escravas” de um sistema instalado, mais preocupado em mascarar os seus erros e imprudências.

Sobram os problemas, escasseiam as soluções e ninguém se digna dar a mão aos empresários que criam riqueza e emprego, esquecendo que são as empresas um dos principais pilares da sustentabilidade social de qualquer nação. Frustrados e injustiçados, na atualidade resta aos empresários dois caminhos: ou sobrevivem através de capitais próprios ou estendem a mão, qual caridade, em busca de um milagroso financiamento bancário. Estranha-se o motivo por que é que não se desenvolvem outros mecanismos diferenciados, mais simples, nomeadamente com recurso a capitais de risco ou em que os cidadãos possam participar diretamente no financiamento das empresas para que estas sejam capazes de cumprir com o mínimo de dignidade os seus propósitos.

Em nome da sobrevivência de milhares de empresas, sem possibilidades de obterem financiamento de qualquer espécie, esgota-se o tempo para criar meios alternativos para que as PME vejam recompensadas o seu esforço titânico para se manterem à tona de água. Sem recursos disponíveis, torna-se inviável cumprir compromissos assumidos. Para este Governo parece que só a paixão cega pelas Finanças é que conta. A economia é apenas um detalhe, provavelmente guardado para “segundas núpcias”. Se houver tempo para isso. ■

Artigo redigido ao abrigo do novo Acordo Ortográfico



Domingues de Azevedo

S.O.S. empresas

Para este governo parece que só a paixão cega pelas Finanças é que conta. A economia é apenas um detalhe, provavelmente guardado para "segundas núpcias". Se houver tempo para isso. ➔ P11

